

O SR. DAVI ZAIA - PPS - Sr. Presidente, gostaria de registrar obstrução da bancada do PPS.

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - Registrada a obstrução da bancada do PPS.

O SR. RAUL MARCELO - PSOL - Sr. Presidente, gostaria de registrar obstrução da bancada do PSOL.

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - Registrada a obstrução da bancada do PSOL.

O SR. MÁRCIO CAMARGO - PSC - Sr. Presidente, declaro obstrução da bancada do PSC.

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - O pedido de V. Exa. é regimental. Está registrada a obstrução da bancada do PSC.

O SR. MARCOS NEVES - PV - Sr. Presidente, gostaria de informar que a bancada do PV está em obstrução.

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - Esta Presidência registra a manifestação de obstrução da bancada do PV. Sras. Deputadas, Srs. Deputados: 60 votaram "sim", 11 votaram "não", resultado que dá por aprovado o Projeto de lei nº 456, de 2015, salvo emendas.

Em votação as emendas com parecer contrário.

Os Srs. Deputados e as Sras. Deputadas que forem contrários permaneçam como se encontram. (Pausa.) Rejeitadas.

O SR. GERALDO CRUZ - PT - Sr. Presidente, gostaria de declarar o voto favorável às emendas e informar que protocolaremos declaração de voto contrário ao projeto e a favor das emendas.

O SR. DAVI ZAIA - PPS - Sr. Presidente, havendo acordo entre as lideranças partidárias com assento nesta Casa, solicito a suspensão dos trabalhos até as 18 horas e 30 minutos.

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - É regimental.

Antes, porém, nos termos do Art. 18, III, "d", convoco V. Exas. para uma reunião conjunta das Comissões de Constituição, Justiça e Redação e de Finanças, Orçamento e Planejamento para hoje, às 18h15min, com a finalidade de apreciar o Projeto de lei nº 112, de 2013, que é preparatório de outras discussões.

Sras. Deputadas, Srs. Deputados, tendo havido acordo entre as lideranças, a Presidência acolhe o solicitado pelo nobre deputado Davi Zaia e suspende a sessão até às 18 horas e 30 minutos.

Está suspensa a sessão.

* * *

- Suspensa às 18 horas e 06 minutos, a sessão é reaberta às 18 horas e 42 minutos, sob a Presidência do Sr. Fernando Capez.

* * *

O SR. RODRIGO MORAES - PSC - PARA COMUNICAÇÃO - Primeiramente, quero registrar que estamos recebendo o vereador Adilson Ramos, que é de Itapetininga, e o secretário de Esportes, Osmar Thibes Jr., filho do Osmar Thibes, que foi deputado nesta Casa. Estão aqui conosco.

Quero aproveitar a oportunidade para dizer que estive-mos na Secretária, próximo ao ginásio, onde o secretário de Esportes, Jean Madeira, está atendendo. Ligamos, durante a tarde, algumas vezes, para nos informarmos, já que o secretário tem uma agenda aberta que atende a todos os deputados na terça-feira. Nós estaríamos lá para poder ter uma audiência e tratar de assuntos do município. A secretária informou que nós deveríamos ir lá e o secretário estaria atendendo.

Porém, ao chegarmos lá, vimos que existia uma fila de espera muito grande. Nós, como parlamentares - e ele, também, como secretário e vereador -, com compromissos, ficamos esperando por um tempo. O secretário até saiu e disse: "Não, eu vou atender, etc." Fica uma situação muito complicada até para os próprios deputados. Como vamos nos deslocar ao local em que o secretário está atendendo sem que tenhamos, pelo menos, uma expectativa de horário? Como sugestão, já que ele vai atender deputados todas as terças-feiras, que haja pelo menos uma lista com horários prévios. Quem chegar fora do horário, vai para uma lista de espera.

Portanto, gostaria que fosse recomendado ao secretário, que até me ligou para pedir desculpas pelo acontecido, que se reorganize. Já que houve esse pedido devido à dificuldade de agendamento no passado, que ele aceite a sugestão deste deputado e faça uma expectativa de horário. Eu também tenho que deixar pessoas no gabinete me esperando para chegar lá e ficar sentado uma, duas, três horas, sem saber a que horas ele poderá me atender.

Muito obrigado.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - PARA COMUNICAÇÃO - Sr. Presidente, apenas pela oportunidade, gostaria de pedir ao secretário de Esportes de Itapetininga, Osmar Thibes, que transmita ao senhor seu pai os cumprimentos deste parlamentar, que teve a honra de ser colega dele nesta Assembleia na época da Constituinte. Ele foi um brilhante parlamentar e constituinte.

Um grande abraço ao senhor seu pai.

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, nos termos do Art. 100, inciso I, do Regimento Interno, convoco V. Exas. para uma sessão extraordinária a realizar-se hoje, às 19 horas, com a finalidade de ser apreciada a seguinte Ordem do Dia: Projeto de lei nº 112, de 2013, de autoria do Tribunal de Justiça.

Quero responder ao deputado Rodrigo Moraes que farei, antes do ofício, uma recomendação pessoal ao secretário.

O SR. GILENO GOMES - PSL - Sr. Presidente, havendo acordo entre as lideranças presentes em plenário, solicito o levantamento da presente sessão.

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, havendo acordo entre as lideranças presentes em plenário, esta Presidência vai levantar a sessão. Antes, porém, convoca V. Exas. para a sessão ordinária de amanhã, à hora regimental, com a mesma Ordem do Dia da sessão de hoje, lembrando-os, ainda, da sessão extraordinária a ser realizada às 19 horas.

Está levantada a sessão.

* * *

- Levanta-se a sessão às 18 horas e 46 minutos.

* * *

9 DE JUNHO DE 2015

23ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

Presidentes: FERNANDO CAPEZ e HÉLIO NISHIMOTO

RESUMO

ORDEM DO DIA

1 - PRESIDENTE FERNANDO CAPEZ

Abre a sessão. Coloca em discussão o PL 112/13, com substitutivo.

2 - GERALDO CRUZ

Solicita a suspensão da sessão por dez minutos, para entendimento das lideranças.

3 - PRESIDENTE FERNANDO CAPEZ

Defere o pedido e suspende a sessão às 19h09min; reabrindo-a às 19h23min.

4 - JOÃO PAULO RILLO

Discute o PL 112/13.

5 - HÉLIO NISHIMOTO

Assume a Presidência.

6 - CAMPOS MACHADO

Discute o PL 112/13.

7 - PRESIDENTE HÉLIO NISHIMOTO

Solicita dos manifestantes que ocupam as galerias o comportamento regimental.

8 - RAUL MARCELO

Discute o PL 112/13.

9 - CAMPOS MACHADO

Discute o PL 112/13.

10 - JORGE WILSON XERIFE DO CONSUMIDOR

Para comunicação, questiona pronunciamento do deputado Rodrigo Moraes, feito na tribuna, sobre dificuldades de audiência com o secretário de Estado de Esportes Jean Madeira. Afirma que o gabinete da autoridade está aberto à população. Acrescenta que o citado secretário tem recebido elogios por parte de outros deputados.

11 - PRESIDENTE HÉLIO NISHIMOTO

Registra a manifestação.

12 - BETH SAHÃO

Discute o PL 112/13.

13 - PRESIDENTE HÉLIO NISHIMOTO

Encerra a discussão e coloca em votação o substitutivo ao PL 112/13.

14 - RAUL MARCELO

Encaminha a votação do substitutivo ao PL 112/13, em nome do PSOL.

15 - CAMPOS MACHADO

Encaminha a votação do substitutivo ao PL 112/13, em nome do PTB.

16 - MARCIA LIA

Encaminha a votação do substitutivo ao PL 112/13, por indicação do PT.

17 - PRESIDENTE HÉLIO NISHIMOTO

Coloca em votação e declara aprovado o substitutivo ao PL 112/13.

18 - RAUL MARCELO

Requer verificação de votação.

19 - PRESIDENTE HÉLIO NISHIMOTO

Defere o pedido. Determina que seja feita a verificação de votação pelo sistema eletrônico.

20 - PRESIDENTE FERNANDO CAPEZ

Assume a Presidência.

21 - JORGE CARUSO

Declara obstrução ao processo de votação, em nome do PMDB.

22 - JORGE WILSON XERIFE DO CONSUMIDOR

Declara obstrução ao processo de votação, pelo PRB.

23 - LECI BRANDÃO

Declara obstrução ao processo de votação, em nome do PCdoB.

24 - MÁRCIO CAMARGO

Declara obstrução ao processo de votação, em nome do PSC.

25 - CORONEL CAMILO

Declara obstrução ao processo de votação, pelo PSD.

26 - DAVI ZAIA

Declara obstrução ao processo de votação, pelo PPS.

27 - ESTEVAM GALVÃO

Declara obstrução ao processo de votação, pelo DEM.

28 - DELEGADO OLIM

Declara obstrução ao processo de votação, pelo PP.

29 - MARCOS NEVES

Declara obstrução ao processo de votação, pelo PV.

30 - ANDRÉ DO PRADO

Declara obstrução ao processo de votação, pelo PR.

31 - CARLOS CEZAR

Declara obstrução ao processo de votação, pelo PSB.

32 - GERALDO CRUZ

Declara obstrução ao processo de votação, pelo PT.

33 - RAUL MARCELO

Declara obstrução ao processo de votação, pelo PSOL.

34 - PRESIDENTE FERNANDO CAPEZ

Registra as manifestações. Dá conhecimento do resultado da verificação de votação, que não atinge quorum para votação, que ficou adiada. Convoca os Srs. Deputados para sessão extraordinária, hoje, às 21 horas e 29 minutos. Encerra a sessão.

* * *

- Abre a sessão o Sr. Fernando Capez.

* * *

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - Havendo número legal, declaro aberta a sessão. Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Com base nos termos da XIV Consolidação do Regimento Interno, e com a aquiescência dos líderes de bancadas presentes em plenário, está dispensada a leitura da Ata.

* * *

- Passa-se à

ORDEM DO DIA

* * *

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, Proposição em Regime de Urgência.

Discussão e votação do Projeto de lei nº 112, de 2013, de autoria do Tribunal de Justiça. Altera a Lei nº 11.608, de 2003, que dispõe sobre a Taxa Judiciária incidente sobre os serviços públicos de natureza forense. Parecer nº 489, de 2015, do Congresso das Comissões de Justiça e Redação e de Finanças, favorável ao projeto com substitutivo.

Em discussão.

O SR. GERALDO CRUZ - PT - Sr. Presidente, havendo acordo entre as lideranças partidárias com assento nesta Casa, solicito a suspensão dos trabalhos por dez minutos.

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, tendo havido acordo entre as lideranças, a Presidência acolhe o solicitado pelo nobre deputado Geraldo Cruz e suspende a sessão por dez minutos.

Está suspensa a sessão.

* * *

- Suspensa às 19 horas e 09 minutos, a sessão é reaberta às 19 horas e 23 minutos, sob a Presidência do Sr. Fernando Capez.

* * *

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - Para discutir contra tem a palavra o nobre deputado João Paulo Rillo. O SR. JOÃO PAULO RILLO - PT - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, nós iniciamos a discussão de um projeto que teve sua urgência aprovada ainda há pouco de maneira súbita e convocado um congresso de comissões da Comissão de Justiça e a Comissão de Finanças e Orçamento para discutir o tal projeto.

Chegando à comissão, pasmem os senhores, deputados e servidores aqui presentes, foi nos apresentado um substitutivo. Entre as alterações desse substitutivo, lá está o art. 9º, que passo ler para vocês e para os deputados que também não tiveram a oportunidade de conhecer o projeto: "Do montante da taxa judiciária arrecadada, 10% serão destinadas ao custeio das diligências dos oficiais de justiça indicados no inciso IX, do parágrafo único do art. 2, desta lei. Vinte e cinco por cento, ao Fundo Especial de Despesa do Tribunal de Justiça, instituído pela Lei 8.876, de 02 de setembro de 94, e 5%, obviamente, ao Fundo Especial de Despesa do Ministério Público do Estado de São Paulo, instituído pela Lei 10.332, de 21 de junho de 99, para expansão, aperfeiçoamento e modernização do Poder Judiciário e do Ministério Público".

Quero dizer a vocês aquilo que eu disse ainda na tribuna, de que eu ainda tinha esperança de estar errado. Fiz uma afirmação aqui e, no fundo, eu torcia para que o fosse contrariado. Na verdade, fiz uma provocação para ver o Governo ou o presidente da Casa me desafiar, falando: "O senhor está errado". Eu ficaria numa felicidade muito grande de ser corrigido. Mas, não. Eu estava certo.

Quero dialogar com aqueles que dizem: "Olha, votem o projeto da taxa porque tem o compromisso do presidente de pautar esse projeto". Eu não tenho nada a ver com a crença de cada um. Só que não me obrigue a ser ingênuo e aceitar uma condição dessas, que eu não aceitarei.

Esse artigo, colocado de última hora, carimba 40% das taxas arrecadadas. Ou seja, 40% do recurso arrecadado, que alguém está dizendo que é necessário para fortalecer o cofre do Tribunal de Justiça, para poder fazer justiça com os servidores, está mentindo, porque 40% já está carimbado para outra coisa que não é o Projeto de lei Complementar 56, nem o Projeto de lei Complementar 06. Está provado aqui.

Outra questão: por princípio, quem tem uma visão progressista tem que facilitar o acesso à Justiça. Este projeto dificulta os recursos. Então, uma ação de 100 mil reais, que teria dois mil reais de taxa do recurso, precisa pagar quatro, agora. Ou seja, está dificultando o acesso à Justiça. Então é um contrassenso. Todos aqueles que defendem a Justiça como um princípio de todos se posicionam contrariamente.

Estranha-me que deputados advogados, militantes da ordem, votem favoravelmente a este projeto. A OAB já se manifestou contrariamente ao projeto. Isso é óbvio pela natureza. A OAB é uma instituição de advogados, uma instituição que tem o princípio da ampla defesa, o direito à defesa como orientadora da sua vida, da sua história. Então, ela já se manifestou de maneira contrária.

Está claro que isso aqui não garante votação de projeto algum. Isso aqui é uma brincadeira de mau gosto com todos aqueles que discutiram seriamente o fortalecimento da Justiça, que discutiram a possibilidade de votar o PLC 56, o PLC 06, fora outros conflitos que tem esse substitutivo.

A minha posição é contrária, primeiro, porque ele dificulta o acesso à Justiça; segundo, ele faz média, demagogia e carimba 40% dos recursos. É uma mentira que esse dinheiro vai ser para fortalecer o caixa, para facilitar a votação deste projeto. Isso não é verdade. Vou votar contra este projeto.

A bancada do PT ainda se reúne para tomar seu juízo sobre a posição. Defendo aqui, publicamente, que a bancada do PT não só vote contra, como faça obstrução a esse projeto, assim como a bancada do PCdoB e a bancada do PSOL, e peça verificação de votação porque estamos sendo enganados aqui. Não tem o menor sentido aprovar esse projeto: criar taxa, e mais. (Manifestação nas galerias.)

Dizem: "Quem não tem condição tem a Justiça gratuita." Primeiro, sabemos da dificuldade que tem um cidadão para assinar o chamado Atestado de Pobreza. Não é todo cidadão que quer se submeter a isso. Segundo, qual é a diferença daquele que está na condição de pobreza extrema com aquele que está na condição de miséria, que trabalha e tem o seu salário, e, assim, não tem como declarar a situação de pobreza, e vai arcar com essa custa? Seja ele o trabalhador médio, seja ele o pequeno empresário que tem uma demanda judicial, esse é um projeto que cria problemas, e que não traz soluções para a Justiça.

Quer fortalecer o caixa da Justiça, do estado? Há formas: acabe com as regalias, discuta os altos salários, o auxílio-creche, o auxílio-moradia, o auxílio-saúde, em demasia e que têm para tanta gente privilegiada no estado, no Poder Judiciário, no Poder Legislativo, no Poder Executivo. Vamos criar agora taxa para esfolar aquele que quer acessar a Justiça? Que história é essa? Isso se faz com a reforma tributária, com a correção de impostos, com a reforma no estado, que não se faz, e não com esse projeto estranho, aprovado a toque de caixa. Foi aprovada a urgência de um jeito e o projeto chega agora com substitutivo, de outra maneira. Quero ser cuidadoso com as palavras: poderia falar "com contrabando" aqui, mas não. E com uma introdução pouco razoável, pouco discutida e pouco honesta com todos nós, de última hora, que amarra 40% dos recursos. Ou seja, é mentira que esse projeto fortalece a possibilidade de votar outros. Eu não vou cair nessa, peço desculpa à maioria. Sei que tem concordado com a nossa posição, mas tem aqueles que no desespero, eu entendo, acabam acreditando porque precisam se apegar a alguma coisa.

Talvez vocês não conheçam muito bem e profundamente aqueles que vendem as ilusões. Como conheço um pouco, eu me permito não comprá-las. É por isso que vou votar contra e acho que as bancadas de oposição têm de votar contra e obstruir esse projeto. Não ajuda a Justiça e não ajuda os projetos que nós, juntos, historicamente, defendemos na Casa. Tenho dito, Sr. Presidente. (Manifestação nas galerias.)

* * *

- Assume a Presidência o Sr. Hélio Nishimoto.

* * *

O SR. PRESIDENTE - HÉLIO NISHIMOTO - PSDB - Tem a palavra, para discutir a favor, o nobre deputado Campos Machado.

O SR. CAMPOS MACHADO - PTB - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, eu estava meditando há pouco, deputado Cauê Macris. Gostaria, se possível, Sr. Presidente, que V. Exa. informasse a essa bonita galeria, que o mesmo respeito que tenho por eles, eles têm de ter com os deputados: o mesmo carinho e o mesmo apreço. Mas estava meditando e refletindo. O que quis dizer o meu amigo deputado João Paulo Rillo? Inicialmente eu estava imaginando que o mais correto seria que nós fôssemos contra esse projeto, contra as taxas, afinal de contas é o povo quem vai arcar. Ai eu fiz duas indagações no congresso de comissões. Como se pretende melhorar o Judiciário, como se pode pretender agilizar o Judiciário sem recursos? Como podemos, deputado Barros Munhoz, imaginar... (Manifestação nas galerias.)

Acho uma profunda injustiça que os oficiais de Justiça voltem as costas para o autor do projeto que foi aprovado nesta Casa, que trabalhou para derrubar o veto do governador, que trabalhou junto ao desembargador Ivan Sartori para mandar essa mensagem para a Casa. Profundamente injusto que isso seja feito a este parlamentar.

Mas continuando: aí vem o deputado Fernando Capez e diz, mostra claramente que nós temos apenas um caminho para poder votar, deputado Barros Munhoz, os projetos 49, 06 e 56. Será que isso é correto? É o melhor caminho? Isso corresponde com a realidade? Eu indago. Mostrem-me então outro caminho! Que venha a oposição e diga que o dinheiro vem da ONU, da Dinamarca. Será que vem da nossa presidente Dilma? Alguém tem que dizer de onde vem o recurso para aprovar o 06, o 49 e o 56. Essa é a realidade. (Manifestação nas galerias.)

Aí aparece, deputado Carlão Pignatari, uma possibilidade. Se aprovar esse projeto de taxas, há a possibilidade de o Tribunal de Justiça não precisar de dinheiro suplementar e aprovar esse projeto. Se eu tenho essa única luz, vou fazer o quê? Coro à oposição, que prega quanto pior, melhor? É fácil vir aqui e dizer que tem que aprovar o 06. Eu também defendo o 06. Defendo o 49, fui requerer urgência. Defendo o 56, deputado Barros Munhoz.

Mas eu quero saber qual caminho, deputado Vaz de Lima, vamos seguir. Só tem uma alternativa hoje. Ou se acredita ou não se acredita. Ou nós acreditamos que pode haver uma luz no fundo do túnel, que é a aprovação dessas taxas, ou ficamos enganando a nós mesmos, ou fazendo o jogo demagógico de procurar ser simpático à galeria sem ter soluções para dar.

Não há nada mais fácil, deputado Ed Thomas, do que ser oposição. O salário mínimo é mil reais. "Não, deveria ser três". Eu também acho que deveria ser, mas onde está o recurso para ser três? Já vi pessoas atravessarem as cidades, vindo de Guai-anazes, Cidade Tiradentes para buscar, deputada Clélia, a sua casinha. Chegaram ao meio dia, galeria superlotada. PCdoB, PSOL e PT fazendo discurso. Ai, à noite, chega a dona Maria à Cidade Tiradentes. Ai pergunta o marido: "E a nossa casa, 'veia'?". Ela fala: "Não, mas os discursos foram tão bonitos". "E a casa?" Como vai poder ter uma solução para esses projetos? Quem vai arrumar o recurso para o 06, o 49 e o 56? Nós temos que acreditar. (Manifestação nas galerias.)

Aí vem o Dr. Nalini e diz que pode votar, mas até onde vamos crer nessa possibilidade?

Era para o presidente estar aqui para vincularmos a aprovação deste projeto à aprovação dos PLCs 06, 49 e 56. Foi isso que acertamos na semana passada. O presidente, por razões outras que desconheço, não vem hoje aqui. Ai nos deparamos com a seguinte situação: ou acreditamos mais uma vez neste caminho ou perdemos todas as esperanças.

O que faço eu? Fico ouvindo os discursos demagógicos da chamada oposição, porque não creio neste discurso radical. O nobre deputado Abelardo Camarinha de vez em quando, ou quase sempre, vem aqui e coloca suas posições duríssimas em relação àquilo que acredita. Ele é correto e corajoso. Temos que ter um caminho para fazer. O que busco agora é uma luz. Onde está a luz? Nos discursos da chamada oposição?

Gosto muito do deputado João Paulo Rillo, mas não posso acreditar que o discurso dele vai resolver o problema dos projetos. Eu dizia isso ao deputado José Américo. Ele foi muito claro, mas onde está o caminho? É muito fácil falar.

Eu estava pensando: falo ou não falo? Os homens têm de acreditar que silenciar quando se deveria protestar os transforma em covardes. Por isso estou aqui para dizer e para assistir aos oficiais de Justiça virarem as costas para este parlamentar. (Manifestação nas galerias.)

Graças a Deus os anjos não têm costas. Esse pessoal de costas na galeria não ofende a mim. Ofende a Mesa, ofende o presidente. O presidente efetivo da Casa é que tinha que estar aqui para se sentir ofendido, e não eu. Sou um simples deputado, um simples parlamentar. Tinha que estar o presidente aqui. Como diz o deputado Eduardo Cunha, a ofensa, quando se fica de costas, é à Casa, à Mesa, ao presidente.

Fiquem de costas novamente. Eu estava gostando de vê-los de costas. Vergonha é o que vocês fazem com a gente. (Manifestação nas galerias.) Fiquem de costas de novo.

É vergonha sim. Temos assistido calados a essa falta de respeito conosco. Isso é vergonha sim. Os deputados, inclusive os da oposição, estão todos rindo aí fora. Vocês não vão dizer nada? Vão aceitar isso como coisa normal? É uma vergonha mesmo que esta Casa não tenha uma reação quando é ofendida e humilhada como vem sendo ultimamente. Não vejo os parlamentares, não vejo os deputados virem aqui.

A galeria é bem-vinda, o povo é bem-vindo, mas o povo não pode ofender os deputados. Estão ofendendo a Casa, estão ofendendo um Poder. Nunca vi ninguém, no Tribunal de Justiça, ofender um desembargador na sala dos desembargadores. Nunca vi. Vão ao Deic, vão à sala do delegado geral e façam um movimento lá. Vão ao Exército, façam movimento lá. Não vi o pessoal do PT fazer discurso contra o Exército, contra a Marinha, contra a Aeronáutica. Faça. Por que não vão ao Deic, na Líbero Badaró, na sala do delegado geral?

É verdade. Estamos sendo humilhados aqui, meus amigos. Não dá para aceitar isso passivamente. Eu não posso aceitar. Quero pedir ao presidente efetivo da Casa que não permita mais que nós, deputados, sejamos humilhados em nossa própria Casa. É isso que tem que ser dito. E não é falta de democracia. Vocês têm razão. É vergonha. Nós não estamos tendo vergonha na cara, para permitir que vocês façam ofensas a nós. Não estamos tendo coragem de não permitir que vocês nos ofendam. Estamos sendo covardes, deputado Barros Munhoz, porque estamos sendo ofendidos na nossa Casa e não reagimos. Tem razão, deputado Olim, nós não temos sido pessoas suficientemente honradas, competentes e corajosas para não aceitar esse tipo de ofensa, de humilhação.

Só existe esta possibilidade. Ela é concreta? Não sei, mas existe a possibilidade de, quem sabe, surgir a oportunidade de votarmos os projetos dos assistentes, das entrâncias e dos oficiais de Justiça. O presidente Fernando Capez tem se exposto, tem manifestado a sua vontade. Diante de uma mínima possibilidade, se eu tenho 5% de chance de ver aprovado os projetos 06, 49 e o 56, eu vou desprezar? Eis a questão. Como dizia Shakespeare, "to or not to be, eis a question".

Aquele que acha que é um absurdo, que venha aqui e diga o caminho. Diga para mim como poderemos fazer justiça aos assistentes sociais, aos magistrados, aos funcionários, oficiais de Justiça. Quero ouvir isso, mas não... (Manifestação nas galerias.)

Sr. Presidente, Hélio Nishimoto, V. Exa. tem que permitir que eu possa continuar tranquilamente a minha fala e que não seja interrompido como fui ultimamente. Quero que V. Exa. preserve o meu tempo.

O SR. PRESIDENTE - HÉLIO NISHIMOTO - PSDB - Deputado Campos Machado, V. Exa. tem a palavra. Vou pedir a gentileza de que os presentes no plenário respeitem o tempo regimental que o deputado Campos Machado tem, de aproximadamente mais dois minutos.

O SR. CAMPOS MACHADO - PTB - E mais o tempo que me foi tirado devido às manifestações hostis da galeria.

O SR. PRESIDENTE - HÉLIO NISHIMOTO - PSDB - Nobre deputado, já estou considerando isso. Deputado Campos Machado, V. Exa. está com a palavra.

O SR. CAMPOS MACHADO - PTB - Nobres deputados, vou quedar-me a este plenário, vou tentar ouvir os pronunciamentos do PSOL e do Partido dos Trabalhadores, que irão indicar para nós qual a solução para a aprovação dos projetos 0